



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11146 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 04/GT 12 -Didática, Currículo e Tecnologias Digitais

“CURRÍCULO MASCULINO” A NEGAÇÃO E O SILENCIAMENTO DAS “PESSOAS T ENTRE GÊNEROS” NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA  
 Jessika Villalon Sousa Cruz - UFT-PPPGE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Jose Damiao Trindade Rocha - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Marcos Irondes Coelho de Oliveira - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**“CURRÍCULO MASCULINO” A NEGAÇÃO E O SILENCIAMENTO DAS  
 “PESSOAS T ENTRE GÊNEROS” NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA  
 AMAZÔNIA**

**Resumo**

Estima-se que 90% das travestis e transexuais brasileiras estejam em situação de prostituição, e pouquíssimas constroem uma carreira acadêmica. No ano de 2020, o jornal Folha de São Paulo publicou a fala do Ministro da Educação que disse que tinha “reservas e ressalvas em relação a ter professoras travestis e transgêneros na sala de aula”. O trabalho apresenta uma amostra dos programas de pós-graduação em educação na região Norte e as pesquisas sobre/das/com/as travestis e transexuais nas/das pesquisas de mestrado e doutorado na Amazônia. Trata-se de uma “*pesquisa implicada*” (ROCHA; MAIA, 2017) de base fenomenológica realizada no Doutorado em Educação na Amazônia (PGEDA/UFPA/UFT), vinculada ao grupo de pesquisa Gepce/minorias com autorias como: bell hooks (2019), Judith Butler (2008), Daniel Borrillo (2010). Um dos resultados que apontamos se refere a “*objetificação*” dos *corpos trans* e a negação das oportunidades de acesso à educação superior, à pesquisa e à pós-graduação em função do “*lugar*” de subalternação no qual somos nós, “*peessoas T*”, colocadas; apesar que ao menos 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans, com universidades abrindo vagas específicas na graduação e pós-graduação.

**Palavras-Chave:** Pessoas T; Pesquisa e Pós-Graduação; Amazônia.

## Introdução

As pessoas travestis/transexuais, em sua maioria, estão em situação de vulnerabilidade social e também de prostituição. Em poucas escolas da educação básica se veem alunas travestis/transexuais, e quando elas estão nas salas de aula, são vítimas do preconceito, da “*homofobia institucional*” (BORRILLO, 2010), quanto de gestores como também de colegas de trabalho. Pouquíssimas terminam a educação básica, ou têm acesso e permanência a um curso superior. “Não lugar” (MAC AUGÉ, 2205), é uma categoria para nós “*peessoas T*” importante de discutirmos, problematizarmos e de pesquisa. Via estar nesse trabalho que investiga o “*lugar*” ou “*não lugar*” em que nós que fazemos parte das “*peessoas T entre gênero*” (ROCHA, COELHO, FERNANDES, 2020), somos colocadas aqui na região Norte, na Amazônica. Nosso foco são as pessoas que se identificam como *mulheres travestis/transexuais*.

As “*mulheres T*” quase sempre são *objetificadas* sexualmente, com estigmas e tabus atribuídos pela sociedade cisheteronormativa e que nega a elas direitos básicos, como o direito à educação, e “*lugar*” na pesquisa e na pós-graduação na Universidade.

### Ser/estar uma “*peessoa T*” travesti/transexual na região Norte

As manchetes de jornais sobre as “*peessoas T*” raramente mostram nossas/suas histórias de superação, ou de sucesso na carreira acadêmica. Quase sempre são colocadas em pautas policiais, mostradas com humor escrachado, expostas ao ridículo e ao estereótipo. Ferreira Junior e Costa (2016), apresenta como as pessoas transgênero são mostradas nas notícias da mídia paraense, por exemplo:

Relativamente à violência cometida contra homossexuais e transexuais narrada nos impressos paraenses, observamos que elas passam da tragédia à banalidade, da seriedade à ironia ou ao riso, de modo que esses indivíduos, ao serem caracterizados como “homossexuais” ou “travestis”, são construídos e apresentados narrativamente de maneira negativa, fora de uma pretensa ordem social, segundo a qual as ações violentas sofridas ou realizadas por eles se devem à sua condição sexual, esvaziando ainda mais a discussão sobre os tipos de violação que atingem especificamente a população LGBT no Brasil. Deste modo, as narrativas midiáticas fazem circular representações do homossexual e do transexual repletas de estigmas e reafirmação das normas (FERREIRA JUNIOR; COSTA, p. 530-531)

A situação é a mesma em outras cidades, tanto na região amazônica quanto em outras regiões brasileiras. O *Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais* do ano de 2020, publicado pela *Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil* (Antra) nos mostra a perversa realidade das “*peessoas T*”.

Em 2020, 71% dos assassinatos aconteceram em espaços públicos, tendo sido identificado que pelo menos 8 vítimas se encontravam em situação de rua. Também foi identificado que pelo menos 72% dos assassinatos foram direcionados contra travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo, que são as mais expostas à violência direta e vivenciam o estigma que os processos de marginalização impõem a essas profissionais. É exatamente dentro desse cenário em que se encontram a maioria esmagadora das vítimas, tendo sido empurradas para a prostituição compulsoriamente pela falta de oportunidades encontrando-se em alta vulnerabilidade social e expostas aos maiores

índices de violência, a toda a sorte de agressões físicas e psicológicas. (ANTRA, 2021, p.44).

A privação dos direitos básicos das *peçoas transgênero* causa suas mortes. Por ser/estar em um *corpo trans/modificado*, a marginalização torna-se praticamente uma consequência imposta, principalmente para as *peçoas travestis/transsexuais* que não possuem o que é chamado de “*passabilidade*”. Este conceito, muito controverso, às vezes chamado de leitura social cisgênera, é quando um *homem ou uma mulher trans* “passam por” um *homem ou mulher cisgênero*, ou seja, diz-se que “*ser passável*” significaria uma “aceitação social”. Mas ainda assim as *travestis/transsexuais* “*passáveis*”, não ficam fora do risco de serem discriminadas, agredidas, e serem colocadas no *lugar* de *segregação social*.

### **Vivências travestis/transsexuais: resistência em ambientes educacionais**

No Brasil, são poucas as “*peçoas trans*” na educação básica e na educação superior ocupando o *lugar* profissional, na sala de aula, na pesquisa e na pós-graduação. Uma das causas perpassa pelo “currículo masculino”, aqui entendido como aquele que nega e silencia as “*peçoas T entre gêneros*” como se fossem extraterrestres. Aquele currículo que em seus “conteúdos” invisibiliza a “diferença”. Um “currículo masculino” reafirma a homofobia e a “personalidade homofóbica” (BORRILLO, 2010): os transfóbicos que rechaçam a feminilidade intolerável da mulher na “*peçoas trans*” por se sentir provavelmente ameaçada a sua própria homossexualidade latente, mas intolerável.

Vejam os alguns exemplos que são noticiados como casos inéditos de “*peçoas trans*” nos ambientes educacionais: “Em 2012, a professora Luma Andrade, 35 anos, se tornou a primeira travesti com doutorado do Brasil, ao defender seu estudo de doutorado na Universidade Federal do Ceará”. “Em 2017, Megg Rayara Gomes de Oliveira se tornou a primeira travesti negra a receber o título de doutora pela Universidade Federal do Paraná”. “Em 2018 a primeira travesti a defender doutorado na Unicamp com seu nome social foi Amara Moira, de 33 anos”. Todas as manchetes são dos anos 2000 e não se encontra essas notícias das universidades amazônicas.

É urgente e emergente nos formarmos e formarmos “*peçoas T*” que participem da construção de uma “*educação das diferenças*”, em que os alunos aprendam a ter uma convivência de aprendizado. Ser/estar *travesti/transsexual* no ambiente escolar e universitário é resistência à ordem normativa, de escolas e universidades que têm gestores conservadores, incluindo desde diretores, coordenadores de cursos até membros dos conselhos superiores. As poucas *peçoas trans* que conseguem terminar seus estudos, por muitas vezes se sujeitam, porque são colocadas como *peçoas minorizadas*, vivenciando muitos enfrentamentos. Silva e Bassalo (2020) explicitam bem como deveria ser o ambiente escolar ideal:

O ambiente escolar deveria ser o local em que o caráter disciplinador e de hierarquização entre *peçoas*, sexo e gênero, poderia ser combatido e desmistificado.

Mas em muitos casos, a escola não tem sido isenta de ser um sistema opressor às pessoas não heterossexuais e, por vezes, tem reforçado sentimentos e atitudes de negação e ódio. (SILVA e BASSALO, 2020, p. 276).

O *corpo trans* quebra padrões hegemônicos. Por serem pessoas que não estão de acordo com os padrões, é perceptível a tentativa de boicote à sua expressão identitária de gênero. De acordo com Rômulo Ribeiro (2019):

Estes acordos tácitos de punição são o arcabouço que orientam e mantêm não exclusivamente o dualismo de gênero, mas a homofobia e a transfobia, e podem acontecer nas mais variadas formas, marcando pra sempre as vidas das pessoas alvo desse sistema. Porém, é estarrecedor quando quem deveria promover o ensino crítico e igualitário, captando e problematizando estas situações, posiciona-se exatamente ao contrário e acaba endossando o preconceito, a violência e a opressão contra travestis e transexuais na escola, como é caso de alguns professores. (RIBEIRO, 2019, p.102).

As construções dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de educação básica e superior precisam abranger e prever o acesso, a inclusão e a permanência de *alunos/alunas transgênero*, para que promovam mudança institucional e social. Os espaços educativos precisam envolver temáticas que discutam as questões de diversidade sexual, formando professores e profissionais que tenham capacidade de entender/conviver/respeitar as diferenças.

Os estudantes não estão tendo uma formação, nas escolas e universidades sobre as temáticas de gênero e sexualidade, bem como as produções acadêmicas. Principalmente na região Amazônica, ainda existem poucos estudos nos programas de mestrado e doutorado.

Existe um paradigma tradicional de que as *pessoas trans/travestis* ocupam apenas o espaço exclusivo da prostituição. É preciso dar visibilidade às questões de gênero e sexualidade, quebrando paradigmas na produção discente das universidades, e também nos “*currículos masculinizados*”.

Estamos vivenciando uma inversão ativa de subalternização dos corpos. É preciso avançar e abrir espaços dentro das universidades, e em outros campos educacionais para as pessoas transgênero, não figurando apenas em estudos e produções, mas que estejam ocupando espaços também como profissionais.

A relações entre gênero e raça se apresentam como marcadores que interseccionam as existências. Para uma *pessoa trans negra*, por exemplo, o racismo é um marcador constante, e esta sobreposição e discriminação dificulta ainda mais o trânsito dentro dos espaços sociais. Quem tem voz, na maioria das vezes, são as pessoas brancas. O debate de raça está alinhado ao de gênero e diversidade sexual. *Madame Satã, travesti e negra*, foi um corpo que não seguia as normas de gênero, e é um ícone histórico para a militância travesti.

**Produção sobre/com/as Travestis/Transexuais nos Programas de Pós-Graduação na Amazônia**

A produção científica finalizada nos Programas de Pós-Graduação em Educação das universidades que compõem os estados amazônicos, que abordam a *travestilidade e transexualidade*, são mínimas e expressam a escassez de estudos. É necessário frisar os aspectos e dimensões inerentes à esta temática, pois a maioria dos estudos e diálogos encontrados, estão em outros programas de pós-graduação, bem como se concentram nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Foram pesquisados quatro descritores: “*Travesti*”, “*Transexual*”, “*Heteronormatividade*” e “*Trans*”. Nos Programas de Pós-Graduação em Educação, encontramos apenas três pesquisas. A tese de Francisco Duarte, de 2015, que tem como título “*As representações sociais de universitários de sexualidade LGBT sobre seus processos de escolarização e suas implicações em seus projetos de vida*” analisa as representações sociais de quatro sujeitos LGBT, trazendo questões sobre educação, diferenças e escolarização, aproximando a Teoria da Representatividade Social à Teoria Queer, partilhando os sentidos e imagens atribuídos à escola e as questões de sexualidade, com empoderamento como uma forma de compensação aos enfrentamentos que tiveram em suas vidas escolares.

A outra pesquisa é da dissertação de Mayanne Adriane Cardoso de Souza, de 2019, intitulada: “*Transgeneridades e Heteronormatividade na Escola: tensões, desafios e possibilidades presentes nas relações pedagógicas*” versa sobre a heteronormatividade nas escolas e principalmente sobre as experiências escolares vivenciadas pelos/pelas estudantes transgêneros nas escolas de Belém – PA. O estudo de Mayanne reforçou a necessidade de atitudes que minimizem o preconceito contra as pessoas trans.

Já a pesquisa de dissertação de Silvane Lopes Chaves, do ano de 2015, com o título “*Sobre corpos insolentes: corpo trans, um ensaio estético da diferença sexual em educação*”, se baseia no pensamento de Nietzsche e Foucault, apresentando o corpo trans como um paragma da inclusão da educação. A autora traz um levantamento histórico do corpo, relacionando-o com a educação, em um espaço de desterritorialização do masculino e do feminino.

Estudos tem evidenciado a existência de preconceito e discriminação com *travestis, transexuais e transgêneros*, seja na educação ou no mercado de trabalho. Ou seja, as investigações reverberam que a família como primeiro grupo social de pertença, é excludente; a escola e a universidade, apesar das cotas, reproduzem os processos homofóbicos e a vida social que “acolhe” colocam na vulnerabilidade, marginalizam, e empurram para o *lugar* de subalternização e minorização, o que nos exige cada vez mais práticas de “*pesquisa implicada*” “*com/as minorias nortistas amazonidas*” (ROCHA, 2019).

### **Considerações Finais**

A presença/vivência de *peças travestis/transexuais* no espaço educacional se constitui num posicionamento político e um dispositivo educativo. Dentro das escolas e universidades é preciso transgredir esse espaço e esse *lugar*, que é organizado e estruturado

na *heteronorma*. É preciso estudar/pesquisar/incluir *gênero* na escola/universidade, porque essas instituições sempre foram gestadas pautadas pela perspectiva de *gênero binária* (masculino e feminino) e nesse sentido, “*vigiam e punem*” as dissidências e diferenças.

As questões de gênero e sexualidade são muito complexas. Além do respeito, é preciso ressignificar as constituições corporais e pelo menos minimamente operar com construções de gênero centradas no binarismo cisheteronormativo. Especialmente na escola e na educação básica, é preciso deixar que os alunos construam a liberdade de expressar seus gêneros, ao modo como eles se sentem e se percebem, pois isso, é uma condição negado nos ambientes escolares.

Todas nós pessoas que se assumiram *mulheres travestis/trans*, devem ter passado por algum momento difícil da infância e da adolescência, ou mesmo da vida adulta, se reconhecendo/construindo na sua *identidade de gênero*. A escola e a Universidade, principalmente, a pesquisa e a pós-graduação não podem ser um “*lugar*” de exclusão, silenciamento, invisibilidade das “*pessoas T*”, ou até mesmo “*lugar*” de imposição identitária de gênero, mas “*lugar*” em que os alunos possam ter *liberdade de expressão* para construir “*educação como prática de liberdade transgressora*” (bell hooks, 2017).

## Referências

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da sobre modernidade. 1ª ed. francesa. Lisboa: 90 Graus. 2005.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

CHAVES, Silvane Lopes. **Sobre corpos insolentes: corpo trans, um ensaio estético da diferença sexual em educação**. 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Educação.

DUARTE, Francisco Ednardo Barroso. **As representações sociais de universitários de sexualidade LGBT sobre seus processos de escolarização e suas implicações em seus projetos de vida** 12/08/2015 undefined f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém

FERREIRA JUNIOR, S. do E. S.; COSTA, A. C. **Dissidentes, Violentos e Violentáveis: LGBTs nas narrativas de violência da Amazônia Paraense**. RUA, Campinas, SP, v. 22, n. 2, p. 525–551, 2016. DOI: 10.20396/rua.v22i2.8647948. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8647948>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GREEN, James N. **O Pasquim e Madame Satã, a "rainha" negra da boemia brasileira**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 4, n. 7, p. 201-221, 2003.

hooks, bell. A teoria como prática libertadora. In: hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2 eds., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

RIBEIRO, Rômulo Cambraia. **“Tá pensando que travesti é bagunça?!” decolonialidade e resistência nas experiências escolares de travestis e transexuais de Macapá, AP**. Orientador: Alexandre Adalberto Pereira. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019. <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/454>

ROCHA, Damião. COELHO, Marcos Irondes. FERNANDES, Alexandre Araripe. **Experiências de/com uma "pessoa T" indígena entre gêneros do/no cotidiano tocantinense**. Revista Teias, v. 21, n. 61 (2020). <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/49500>

ROCHA, Damião. **Pesquisas com/as minorias nortistas amazonidas: aportes teóricos de um pós-curriculo das diferenças**. 39ª Reunião Nacional da ANPEd GT – 12 Currículo. Niterói – RJ: 2019. [http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/4520-TEXTO\\_PROPOSTA\\_COMPLETO.pdf](http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/4520-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf)

ROCHA, J. Damião T. MAIA, Marcos. **A pesquisa implicada de inspiração fenomenológica para estudos in situ de/com sujeitos sociais da diversidade sexual e de gênero**. RECH - Revista Ensino de Ciências e Humanidades- Cidadania, Diversidade e Bem-Estar, (UFAM), v. 1, 2017. <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/4740>

SALDAÑA, Paulo; PALHARES, Isabela. **Ministro da Educação diz que gays vêm de 'famílias desajustadas' e que acesso à internet não é responsabilidade do MEC**. Folha de São Paulo. São Paulo e Brasília, 24 set. 2020. Disponível em: <  
<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/09/ministro-da-educacao-diz-nao-ter-responsabilidade-sobre-volta-as-aulas-e-desigualdade-educacional.shtml>

SILVA, Jardínlio Reis da; BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. **Narrativas de professoras lésbicas e professores gays no ambiente escolar heteronormativo no nordeste do Pará**. Humanidades & Inovação, v. 7, n. 12, p. 275-290, 2020. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2538>

SOUZA, Mayanne Adriane Cardoso de. **Transgeneridades e heteronormatividade na escola: tensões, desafios e possibilidades presentes nas relações pedagógicas** 31/05/2019 216 f. Mestrado em educação. Universidade do Estado do Pará, UEPA, Belém – PA.